

Alta da inflação virá, com ou sem liberação do cruzado

"Society is built upon trust"
(South)



01 Ubiratan Jorge
Iorio de Souza*

A questão da devolução dos cruzados novos bloqueados em março de 1990 vem ganhando crescente espaço nos meios de comunicação. Segundo se noticiou, o governo chegou a analisar três alternativas para a liberação: uma, autorizando o resgate apenas até um determinado valor; outra, antecipando a primeira parcela a ser devolvida para junho, com o alongamento de 12 para 16 do número de parcelas; e uma terceira, permitindo o uso dos cruzados retidos para pagamento de até 50% do Imposto de Renda a pagar nas declarações anuais.

Sugestões à parte, o fato é que a atual equipe econômica está às voltas com uma terrível bomba de efeito retardado, triste legado das temerárias estrepolias heterodoxas cometidas pela equipe anterior.

Com efeito, ao assumir o comando da política econômica, o novo ministro deparou-se com uma inflação em alta e prestes a se acelerar, ao mesmo tempo em que os controles de preços começavam a mostrar-se esgotados e valetudinários. Além disso, há que se considerar os efeitos perversos que se deverão abater sobre os índices de preços, representados pela própria saída do congelamento, pelas reivindicações salariais, pelas pressões sobre a taxa de câmbio, que deverão crescer no segundo semestre, e pelo importante problema da devolução dos cruzados bloqueados ao arreio do Estado de Direito, de que trata este artigo.

É evidente que a questão dos cruzados deve ser analisada no bojo dessa intrincada teia que, inequivocadamente, aponta para a refiação; isto é, para a volta da inflação em ritmo acelerado.

Por outro lado, razões que transcendem o campo meramente econômico e penetram nas áreas da ética, da moral, da Justiça e, até, da própria justificativa para a existência do Estado como um ente encarregado de zelar pela liberdade de escolha de seus cidadãos, apontam para a inexorabilidade da devolução dos recursos subtraídos às famílias e empresas que constituem o setor privado, tão rapidamente quanto possível.

Alguns acreditam que o governo está em face de um pretenso dilema:

se não devolver os cruzados, perderá definitivamente a credibilidade, já bastante abalada e, se os devolver, poderá gerar uma explosão nos índices de preços, provocada por uma corrida para o consumo.

Nossa opinião é que esse dilema não existe, porque, infelizmente, com ou sem devolução, é irrefragável a tendência ao recrudescimento da inflação. Primeiro porque, apesar do aparente esforço, as causas não foram atacadas, segundo o desejável: não se reduziu o tamanho do Estado, não se privatizou, não se simplificou a estrutura tributária, não se caminhou, enfim, para uma economia de mercado; além disso, não se delegou ao Banco Central a necessária autonomia para fazer algo que se pudesse chamar de *política monetária*. Segundo, porque os fatos recentes parecem apontar para um déficit fiscal da ordem de 3,5% a 5,5% do PIB, percentual que poderá ser facilmente ultrapassado, por não levar em conta, por exemplo, as pressões sobre os gastos públicos que serão provocadas pelo recém-lançado Projeto Minha Gente. Terceiro, porque prevalece uma perniciosa conjugação de fatores, tais como o descongelamento, as pressões sobre salários e uma tendência ao agravamento do atraso cambial que, mesmo não sendo *causas* da inflação, tenderão a exacerbá-la, no curto prazo, os índices de preços, que são equivocadamente interpretados como sendo a própria inflação.

Por tudo isso, não há dilema: a refiação estará aí mesmo, dentro de dois ou três meses. Por isso, alinhamo-nos entre os que defendem a liberação imediata dos cruzados retidos, como única forma possível de remissão da desconfiança e do descrédito provocados pelo bloqueio. A devolução, sem dúvida, faria com que os preços subissem, mas isso não significaria inflação — que é um fenômeno dinâmico — desde que o governo buscassem alterar, com a mesma voluntariedade demonstrada por ocasião do confisco, o regime de política fiscal, o que lhe possibilitaria esterilizar os impactos monetários da medida, pelos mecanismos usuais de política monetária que, com a volta da confiança, seriam recuperados.

Em suma, a tarefa do ministro Marcílio assemelha-se às façanhas exigidas de Hércules. Esperemos que, sendo homem de vasta cultura, saiba responder às pressões políticas por maiores gastos, citando o Barão J. D. Louis, ministro da Fazenda de Luís Filipe: "fazei-nos boa política e eu vos farei boas finanças" ... Ademais, que Santo Antoninho de Florença — que se notabilizou pelo amor a Deus e, portanto, também pelo combate à malversação do dinheiro público — o proteja, bem como a todos nós, liberais contritos e brasileiros aflitos.